

Dominação de Classe, Desenvolvimento Industrial e Reformismo Burguês em Inglaterra

A Revolução Industrial Enquanto Projeto Político

Daniel Schneider Bastos (PPGH - UFF)¹

Resumo

A influência do marxismo sobre a história social britânica teve, entre seus muitos frutos, o desenvolvimento de valiosas reflexões sobre a dominação de classe durante a Revolução Industrial. As questões mais relevantes sobre esse tema, contudo, perderam espaço na historiografia, conforme novos paradigmas desprestigiaram o emprego das referências e modelos macro-históricos de orientação marxista, que possibilitavam conceber a industrialização em sua dimensão de projeto de dominação. O presente artigo se divide em duas partes. Na primeira, argumenta que o abandono do quadro teórico-metodológico marxista explica a razão pela qual parte influente da história social perdeu a capacidade de abordar satisfatoriamente esse objeto. Na segunda, propõe um novo olhar sobre a intelectualidade orgânica da burguesia inglesa como forma de retomar e avançar os estudos sobre a dominação de classe nessa conjuntura.

Palavras-chave: Revolução Industrial, dominação de classe, burguesia, marxismo, capitalismo, liberalismo, história da Inglaterra.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestre e Bacharel em História pela mesma instituição.

Abstract

The influence of Marxism over the British social history had, among its many fruits, the development of valuable reflections about the class domination during the Industrial Revolution. The most relevant questions about this subject, however, lost field inside historiography, as new paradigms discredited the use of the references and macro-historical models of Marxist orientation, which made possible to conceive the industrialization in its dimension of domination project. This article is divided in two parts. In the first one, it argues that the abandonment of the Marxist theoretical-methodological framework explains the reason why an influent part of the social history lost the capacity of approach properly this object. Secondly, it offers a new insight above the organic intellectuality of the English bourgeoisie as a way of resume and push forward the studies about class domination inside this conjuncture.

Key-words: Industrial Revolution, class domination, bourgeoisie, Marxism, capitalism, liberalism, history of England.

A Revolução Industrial britânica suscita, por seu pioneirismo, debates intermináveis sobre sua natureza e as dinâmicas engendradas em seu desenrolar. Esse artigo retoma especificamente o problema da dominação de classe durante esse processo, apresentando duas proposições principais. A primeira é a de que, nas últimas décadas do século passado, novos paradigmas historiográficos, dentro da história social, conduziram o tema da dominação a um esvaziamento de suas grandes questões essenciais. Trata-se de uma reflexão analítica sobre os rumos de uma tradição historiográfica que, ao afastar-se gradativamente de modelos macro-históricos de orientação marxista, atingiu um estágio onde não mais dispõe de arcabouços teóricos que possibilitem o grau de abstração necessário para inquirir sobre a dominação.

Em segundo lugar, defendo a centralidade das categorias de "intelectualidade orgânica" e "burguesia não-econômica" como modo de compreender a ação política dos setores sociais alinhados ao interesse industrialista durante a Revolução Industrial, e como essa atuação esteve orientada em torno de um programa político-ideológico de escopo totalizante, a partir do qual se construiu uma ideia de sociedade mais afinada às expectativas de acumulação de capital das novas formações econômicas. Se a primeira proposição segue a linha de diagnóstico, a segunda sugere efetivamente um caminho para a história social, que restabeleça sua capacidade de operar em nível de totalidade, condição indispensável para que retome as grandes questões referentes à luta de classes.

A história social britânica: da tradição marxista ao determinismo linguístico

Desde sua emergência em meados do século passado, a história social britânica teve na Revolução Industrial um objeto privilegiado. Nessa trajetória, a ideia de "classe" esteve no centro das narrativas historiográficas desenvolvidas, mesmo entre historiadores não-marxistas. A centralidade desse conceito não refletia um consenso geral em torno do arcabouço teórico-metodológico marxista, muito menos acerca de juízos morais de natureza anti-capitalista. Mas até a década de 1970, podemos dizer que a história social manteve, em suas disputas, referências macro-históricas abstratas. "Abstração", nesse caso, deve ser entendida não como finalidade ou categoria estática, mas tomada enquanto etapa necessária de um processo epistêmico dialético. Isso é, reconhecer que o trabalho empírico realizado pelo historiador junto às fontes não deve se encerrar sobre os limites textuais das mesmas, mas reverberar para além do que está contido no texto da própria fonte, de modo a contribuir para a elaboração de um quadro

macro-histórico, no qual a história pode desempenhar seu papel de campo de luta política como forma de orientar o presente.

A melhor expressão desse processo se deu através da dialética entre empiria e modelo descrita por Thompson²: a primeira, ao operar dentro de recortes estritamente delimitados, identifica as inevitáveis contradições que caracterizam o social, exercendo atritos em relação aos modelos que orientam a pesquisa; o modelo, por sua vez, deve ser repensado à luz das revelações da empiria, para que possa ser adequado às novas contribuições, refinado de modo a incentivar estudos que potencializem essas descobertas. Ao se constatar que, perante o trabalho empírico, o modelo não pode se adaptar sem com isso se esgarçar ao ponto de perder sua coesão interna, é porque se tornou uma ferramenta obsoleta para impulsionar a pesquisa histórica, devendo ser abandonado em prol da elaboração de um novo arcabouço teórico-metodológico.

A tentação por abandonar os modelos, que começou a calcar ao patamar de paradigma a partir de 1968, explica em grande medida certa tendência redundante, para a qual convergiram influentes abordagens empíricas popularizadas nas últimas quatro ou cinco décadas. O apego ao discurso enquanto instância absoluta da narrativa histórica, a convicção de que o aparato teórico-metodológico deve se restringir às estratégias mais imediatas de captação desse discurso, rejeitando seu desdobramento em categorias generalizantes que almejem ordenar a totalidade histórica, se traduziu na incapacidade de dar seguimento satisfatório aos debates que atravessavam essas generalizações. Fonte alguma há de responder às questões que o historiador não pode mais formular. Na ausência das referências macro-históricas abstratas, a empiria estará fadada a se encerrar nos limites da linguagem do texto das fontes.

A história social britânica desenvolveu, em suas três primeiras décadas, discussões orientadas em torno de conceitos que demandavam esse plano abstrato. No que diz respeito à problemática da dominação, atingiu-se um momento de clímax em meados da década de 1960, quando Anderson e Thompson travaram notório debate. Para Anderson³, a Revolução Industrial concebeu uma dialética classista imperfeita, resultado da precocidade com a qual haviam se consolidado as relações capitalistas na

² THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.). *As peculiaridades dos ingleses – e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 155-7.

³ O argumento central do autor se encontra em ANDERSON, P. Origins of the present crisis. *New Left Review I*, n. 23, jan.-fev, 1964, p. 26-53. Dois anos depois, retomou ao tema em sua defesa contra as críticas tecidas por Thompson em 1965. Cf. ANDERSON, P. Socialism and Pseudo-Empiricism. *New Left Review I*, n. 35, jan.-fev, 1966, p. 2-42.

Inglaterra. A burguesia, que já havia assegurado no século XVII que seu interesse econômico fosse assimilado pelas elites políticas, contentou-se durante a industrialização em assumir, apenas momentaneamente, uma postura política mais incisiva, que se limitou a algumas reformas institucionais para melhor acomodar as expectativas de acumulação de capital da nova economia urbana e industrial.

Por gozar dessa posição privilegiada vedada às elites burguesas continentais, que viam seu interesse travancado por aristocracias com concepções econômicas mais antiquadas, a burguesia britânica jamais se sentiu inclinada a tomar as rédeas de um processo de reorganização estrutural. Sem assumir essa iniciativa, não desenvolveu uma ideologia totalizante, pré-requisito para se consolidar enquanto classe hegemônica, no sentido de instituir tanto um grau de coesão e identidade interna, que lhe conferisse articulação política autônoma, quanto um projeto próprio de dominação destituído da adulação aos símbolos aristocráticos. Satisfez-se com uma postura subserviente, reverberando visões de mundo de uma aristocracia que, por sua vez, já havia aceitado a primazia do interesse capitalista enquanto princípio ordenador do Estado⁴.

Dessa classe burguesa de contornos mal formados, constituiu-se em oposição um proletariado igualmente arraigado ao imaginário político do passado pré-industrial, avesso às influências advindas do continente. Estavam plantadas as sementes do declínio do vigor do capitalismo britânico, em relação às potências concorrentes, a partir de fins do século XIX: tanto burguesia quanto proletariado mostraram-se demasiadamente insulares, vacilantes em abraçar plenamente as identidades, instituições e programas próprios da contemporaneidade⁵.

A hipótese de Anderson, na visão de Thompson⁶, só se justifica por uma expectativa platônica em relação ao objeto histórico, na qual os desvios observados em relação aos arquétipos pré-concebidos não servem para reorientar o modelo, mas sim demarcar imperfeições no devir da história, quando esse não atende a um referencial idealizado. Contrapondo-se à essa explicação, Thompson apresenta o reformismo burguês não como uma confissão de fraqueza, mas, ao contrário, como confirmação da força dessa burguesia, demonstração do grau pelo qual seu interesse penetrara as ideologias e arranjos institucionais em Inglaterra. Se não optou pela ruptura radical, a

⁴ ANDERSON, P. *Origins of the Present Crisis*. op. cit.

⁵ *Ibid.*

⁶ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses*. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.). *As peculiaridades dos ingleses – e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.

burguesia assim escolheu não por sua incapacidade de estipular sua própria identidade e visão de mundo, mas sim por já reconhecer, nas instituições que a cercavam, a projeção dessa mesma visão, ou ao menos caminhos seguros de instituí-la pela via das reformas. Já desfrutavam da sociedade mais aburguesada da Europa. Colocar essa posição privilegiada em risco, ao incitar agitações de desdobramentos imprevisíveis, era desnecessário.

Podemos observar, a partir do debate, que questões preciosas para os críticos dessa história social já integravam as discussões travadas no seio da historiografia marxista britânica. A importância da subjetividade é amplamente abordada por Thompson⁷ em sua reconstituição do costume popular, instigando ricas reflexões sobre cultura e materialismo. Encontramos também o reconhecimento da multiplicidade de formas característica da Revolução Industrial, na qual práticas econômicas, dispositivos institucionais e estruturas mentais, são marcadas pela interseção de elementos pré-industriais com inovações próprias da nova realidade de industrialização. A valorização da dimensão cultural, bem como o entendimento de que explicações etapistas rasas não fazem jus à complexidade do desenvolvimento capitalista, eram virtudes que a história social havia aprendido através da obra dos maiores marxistas do entre-guerras, que dedicaram grande esforço intelectual para se distanciar dos modelos vulgares e simplificados que viriam a compor o "marxismo stalinista"⁸.

Thompson e Anderson reivindicaram o conceito gramsciano de "hegemonia"⁹ para justificar suas posições sobre o teor da dominação de classe durante a Revolução Industrial. A superioridade da explicação de Thompson passa pelo trabalho empírico do autor, que permite enxergar a natureza de classe das instituições inglesas para além dos contornos formalistas. Entretanto, Thompson não se aprofunda no estudo empírico dos intelectuais orgânicos que articulam a dominação de classe durante a Revolução Industrial. Enquanto que, para o século XVIII, desenvolveu de maneira magistral a

⁷ THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.). *As peculiaridades dos ingleses – e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.

⁸ Para uma excelente discussão sobre materialismo e cultura com base em contribuições de Gramsci e Luckács, cf. WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011. Para uma análise da importância de Luckács, Gramsci e Benjamin para superar visões mecanicistas da relação entre base e superestrutura, bem como da importância de Trótsky para conceber o desenvolvimento capitalista para além de um evolucionismo etapista raso, cf. DAVIDSON, N. *How Revolutionary Were the Bourgeois Revolutions?* Chicago: Haymarket, 2012, capítulo 14.

⁹ Uma introdução competente às categorias de Gramsci é encontrada na obra de seu maior exegeta brasileiro. Especificamente para os conceitos de intelectuais orgânicos e hegemonia, cf. COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 76-79.

alegoria de teatro e contra-teatro para descrever a relação dialética guardada entre *gentry* e plebe, para o século XIX, seu foco se inclina mais exclusivamente para o proletariado e os intelectuais que se associam com a cultura radical popular, com menos destaque para a intelectualidade comprometida com o projeto burguês¹⁰.

Levar adiante o trabalho empírico em torno dos intelectuais orgânicos da burguesia é um passo necessário para os estudos sobre a dominação em Inglaterra. Se não identificamos os agentes que estabelecem a conquista do consenso, bem como seu *modus operandi*, qualquer tentativa de avançar na problemática da dominação esbarrará em graves limitações. Conceber a Revolução Industrial em sua dimensão de projeto hegemônico exige, portanto, que esses atores históricos sejam trazidos ao centro da narrativa. Essa lacuna foi parcialmente identificada pela geração seguinte da história social. Esses mesmos autores, contudo, ao optarem pelo abandono progressivo das referências marxistas que orientavam a história social britânica, abdicaram dos mecanismos para sistematizar um modelo de dominação.

O acesso a um plano abstrato possibilitado pelo emprego dos modelos marxistas, no qual se atinge o grau de generalização e esquematização necessários para uma imagem totalizante do fenômeno histórico, possibilitaram à história social realizar duas grandes perguntas no que diz respeito à Revolução Industrial: 1) é possível entendê-la enquanto um projeto de dominação?; 2) em caso positivo, que classe ou grupo de classes conduz esse projeto? À medida em que o marxismo foi posto de lado, essas indagações foram desaparecendo no horizonte da historiografia.

A trajetória da história social britânica nos oferece talvez o retrato mais paradigmático do impacto da ascensão de novas abordagens a partir da década de 1970, sobretudo o que se convencionou chamar de *linguistic turn*. Foi, de fato, pela via da análise do discurso que se privilegiou a abertura de novos caminhos para o estudo das classes. Assim, Jones¹¹ defendeu a tese de que o sucesso do *establishment* econômico em desmobilizar o furor popular, em fins da década de 1840, está atrelado a uma origem comum partilhada pelo radicalismo popular e liberal. Ambos seriam derivados de uma tradição que remonta aos fundamentos do *whiggismo* estabelecidos no século XVII,

¹⁰ Em relação ao teatro e contra-teatro encenado entre *gentry* e plebe no século XVIII, cf. THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: *Costumes em comum*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Para sua análise da cultura sobre a cultura popular radical no século XIX, cf. *The Making of the English working class*. New York: Vintage Books, 1966.

¹¹ JONES, G. S. Introduction. In: *Languages of Class: studies in english working class history, 1832-1982*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

alinhado ao constitucionalismo e uma retórica moral puritana. A partir das revoluções nas Treze Colônias e na França, essa herança gerou desdobramentos radicalizados. Ao passo que o Partido *Whig* abraçou uma guinada reacionária entre a eclosão da Revolução Francesa (principalmente após a execução de Luís XVI) e Waterloo, fora do espaço Parlamentar, princípios *whigs* foram incorporados na forma de um radicalismo político jacobino ao estilo de homens como Thomas Paine.

A principal bandeira desse radicalismo, a expansão do sufrágio masculino enquanto meio de desbaratar a opressão, transparecia seu caráter fundamentalmente político. A injustiça da dominação não emanava em última instância dos mecanismos de exploração econômica, mas do monopólio político das classes parasitárias da nobreza e do clero, que possibilitava o exercício da tirania. A partir dessa concepção, identificamos, através dos discursos, duas segmentações que irão se cindir após 1832. Na primeira temos uma versão desse radicalismo apropriada pelas classes médias ascendentes que, uma vez tendo conquistado direitos eleitorais, assumem uma posição mais moderada em relação a expandir o sufrágio para os setores populares. Sua prioridade passa a ser utilizar o novo espaço político conquistado para impor uma agenda de reformas, que assume conotações mais explicitamente liberais na segunda metade da década de 1830, com fortalecimento da campanha anti-protetionista. Sua expressão máxima de consciência de classe se deu justamente na atuação da Liga Anti-Lei dos Cereais.

Outra vertente do radicalismo foi abraçado por classes mais populares, as mesmas que se sentiram traídas após constatarem que seus aliados da burguesia haviam lhe virado as costas, colocando em segundo plano o compromisso de universalizar o sufrágio masculino. Dentro dessa corrente repercutiram as influências sindicalistas e owenitas, importantes para a criação de bases de uma visão de mundo econômica mais condizente com a realidade da exploração capitalista. Contudo, sua pauta reivindicativa permaneceu demasiadamente presa a uma interpretação jacobina. Sua forma mais representativa foi o Cartismo e sua campanha sufragista¹².

É justamente a dificuldade desse movimento em superar os horizontes políticos do velho radicalismo, lento em adotar a linguagem econômica e apegado à concepção do Estado enquanto bloco monolítico de uma elite parasitária, que oferece à burguesia a via pela qual pode desmobilizar e cooptar o ímpeto vindo do andar de baixo. Usando de

¹² Ibid.

seu espaço político privilegiado, a burguesia reformista reconhece a pressão popular e advoga no Parlamento pela expansão da educação, melhorias na saúde pública, uma agenda gradual de avanços na democracia representativa, entre outras pautas que apelavam à classe trabalhadora. Aceitam, inclusive, uma legislação trabalhista mais incisiva, especialmente no que diz respeito ao trabalho de menores e mulheres. Exploram, com isso, as limitações da retórica cartista, inapropriada para compreender um Estado que agora se mostrava mais multifacetado. A procura por uma via política autônoma e independente entre as classes populares vai, com isso, dando lugar a uma aproximação com grupos políticos mais tradicionais e a opção por caminhos institucionalizados dentro do *establishment*¹³.

A relação entre o imaginário político da Revolução Industrial com relação às tradições pré-industriais foi reforçado por Joyce¹⁴, que ratifica as principais conclusões de Jones. Segundo o autor, os radicalismos burguês e popular, incapazes de se desvencilharem da linguagem do velho constitucionalismo não-conformista, acabaram por se conciliar no sentimento de sensibilidade social vitoriano e sua estética cafona. Apenas em fins do século XIX, com o racionalismo, o realismo e o naturalismo, poderia haver um arcabouço linguístico através do qual as classes poderiam fazer leituras sociais mais claramente orientadas pela tensão econômica capitalista.

Tomar a linguagem enquanto objeto para o estudo das classes não foi uma novidade trazida à história social por essas leituras. Anos antes, Briggs¹⁵, já havia se notabilizado por analisar o modo como o linguajar classista passou a fazer parte do cotidiano político do século XIX, e de que maneira isso estava relacionado com o processo de formação identitária das classes médias e trabalhadoras. Ocorre que, se a abordagem de Briggs pode ser lida enquanto um complemento às bases da história social desenvolvidas até os anos 1970, Jones e Joyce empregam a linguagem de modo a subverter esses fundamentos.

¹³ JONES, G. S. Rethinking Chartism. In: *Languages of Class: studies in english working class history, 1832-1982*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

¹⁴ JOYCE, P. *Democratic Subjects: The self and the social in nineteenth-century England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

¹⁵ BRIGGS, A. The Language of 'Class' in Early Nineteenth-Century England. In: BRIGGS, A; SAVILLE, J (org.). *Essays in labour history*. 2ªed. New York: Palgrave Macmillian, 1967.

Na obra de Thompson¹⁶, a aproximação entre historiador e objeto é mediada pela experiência dos agentes históricos. A experiência, no caso, expressando o modo como, por meio de seu envolvimento nas relações de produção, o sujeito identifica seus semelhantes, aliados e antagonistas no jogo de classes, edificando a partir dessas condições uma visão de mundo e linguagem condizentes. Esse enquadramento teórico-metodológico, ao condicionar o discurso enquanto uma das manifestações da experiência, mas não seu determinante exclusivo, permitiu ao núcleo marxista da história social se situar em posição harmoniosa com as contribuições de Briggs sobre a linguagem, mesmo em se tratando de um autor que não se declarava marxista.

O *linguistic turn* trata justamente da inversão das bases definidas por Thompson para a história social. Joyce¹⁷, apresentando-se abertamente como representante de um "determinismo linguístico", resumiu essa posição ao defender que a cultura (mais precisamente, a linguagem) fosse situada no início da equação, e não como seu produto final. No lugar de uma lógica materialista, uma culturalista. Não é a experiência, orientada em torno das bases materiais da luta de classes e das relações de produção, que condiciona as manifestações da linguagem, mas o inverso. Os sujeitos históricos, na condição de indivíduos ou grupos, são incapazes de experimentar aquilo que não podem significar dentro de seu arcabouço linguístico, sempre herdado da geração que os precede. No princípio, o verbo: é apenas com a formação da linguagem que o social pode ser efetivamente assimilado.

A narrativa a ser reconstituída pelo historiador deixa de ser centrada nas bases do materialismo histórico, através do qual havia se nutrido a pretensão positivista e megalomaniaca de captar uma "realidade" do social. Sendo a história, por si só, uma estória ou sucessão de estórias desprovidas de sentido próprio, seu fio condutor deve ser a própria construção da narrativa, o esforço ininterrupto de seus atores em revestir os acontecimentos de significados. O que Thompson entendia enquanto "experiência" deve ter seu sentido reformulado, abdicando-se da expectativa de situá-la enquanto um

¹⁶ THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.). *As peculiaridades dos ingleses* – e outros artigos. Campinas: UNICAMP, 2001.

¹⁷ JOYCE, P. op. cit. p. 5-13. Posição semelhante é assumida por Jones em *Class struggle and the Industrial Revolution*. In: *Languages of Class: studies in english working class history, 1832-1982*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 15-24.

mediador a partir do qual o historiador pode se aproximar da realidade de seu objeto, para que se transforme em sinônimo de processo semiótico dos agentes históricos¹⁸.

Não se trata aqui de igualar as posições de Jones e Joyce, mas sim de enxergar uma continuidade entre seus trabalhos que constitui uma tendência. Ainda encontramos no primeiro uma verticalização no modo como o radicalismo político é incorporado e socialmente empregado pela classe média liberal e os trabalhadores. A natureza dialética da relação entre classes dominantes e dominadas não invalida a dimensão vetorial exercida de cima para baixo nessa dominação: dominar significa impor, ainda que para isso seja necessário um trabalho de convencimento, no qual a classe hegemônica precisa adaptar-se a determinadas expectativas das classes dominadas.

Postura diferente é assumida por Joyce¹⁹, onde existe uma horizontalidade muito maior, uma relação onde há uma cultura que predomina, mas não propriamente domina, ao menos não no sentido que a história social vinha trabalhando até então. O autor ataca inclusive a influência de Gramsci sobre o campo, por induzir, através do conceito de hegemonia, a percepção de uma cultura bifurcada entre estratos sociais, onde uma cultura burguesa dominadora exerce domínio sobre uma cultura popular subordinada. Seu trabalho pretendia justamente demonstrar que ambas as mentalidades coabitavam um referencial cultural comum, assentado em concepções pré-industriais.

Aqui começamos a esbarrar em limitações conceituais. Sabemos o que Joyce rejeita enquanto definição de dominação, mas não nos é oferecida uma alternativa concreta que esclareça do que ela se trata. Ou seja, tomamos conhecimento da inegável influência da tradição constitucionalista e da moral não-conformista sobre a mentalidade política da Revolução Industrial, mas somos subtraídos dos recursos que nos permitiam inserir essa contribuição no tópico da dominação. Não se nega que, em meados do século XIX, a industrialização havia introduzido uma série de rearranjos sociais, que favoreceram o interesse de determinados grupos em relação a outros. Ao mesmo tempo, vão se perdendo modelos por meio dos quais o exercício dessa supremacia é construído. A dominação segue existindo, mas se mal podemos defini-la, não temos esperança de depurá-la em sua totalidade, sua dimensão de projeto.

Em grande medida, esse é um problema relacionado com a aceção do tempo histórico dentro desse novo paradigma. A história social, tradicionalmente, encarava a

¹⁸ Ibid. p. 167.

¹⁹ Ibid, p. 182.

Revolução Industrial enquanto ruptura estrutural, na maior acepção que o termo pode ter, que é o de mudança de paradigma civilizacional, novo *zeitgeist*. Conciliar essa interpretação com o reconhecimento de que a Revolução Industrial, e o "longo século XIX" de modo geral, são processos caracterizados pela emergência do capitalismo industrial em simbiose com estruturas persistentes do Antigo Regime, representava um desafio epistemológico encarado conscientemente, estando no coração da querela entre Thompson e Anderson. Aqui identificamos com clareza a influência de Polanyi sobre a historiografia marxista inglesa, em especial no trabalho de Thompson. Pela distinção entre sociedades de economia enraizada e desenraizada, como forma de salientar a especificidade da nossa era capitalista em relação às demais, Polanyi²⁰ consegue situar a Revolução Industrial enquanto início de um processo de ruptura, que se torna maduro na economia de mercado da Era Vitoriana. Em Thompson²¹, essa transição se dá pelo decaimento da "economia moral" do século XVIII a partir da industrialização.

É incoerente criticar a ausência de um maior empirismo na obra de Polanyi sem ter em mente que seus méritos residem em seu método comparativo. É através do recurso do contraste entre diferentes contextos históricos, ou entre formas econômicas distintas, mas coexistentes no tempo, que o autor consegue distinguir traços gerais da economia de mercado auto-regulado²². Por essa via, Polanyi pode aproximar história, economia e antropologia, sem abdicar de uma noção de temporalidade nem sempre atingida pelo olhar mais puramente antropológico, frequentemente inclinado a isolar seu objeto do tempo histórico. Tal método comparativo só é possível através de generalizações inerentes a qualquer modelo abrangente.

O fetiche radicalizado pela hermenêutica induz a uma tendência conservadora do tempo histórico. A partir do momento em que os sujeitos se inserem no social por meio do arcabouço linguístico da geração precedente, na forma de um grillhão semiótico, a história social passa a apresentar as mentalidades em um eterno *delay* em relação às estruturas econômicas. Isso é agravado pelo fato de que, um dos efeitos do abandono dos modelos macro-históricos, é o distanciamento entre a história social e a história

²⁰ POLANYI, K. O lugar das economias nas sociedades. In: LEVITT, k. P (org.). *A subsistência do homem - e ensaios correlatos*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

²¹ THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

²² CANGIANI, M. Karl Polanyi's Institutional Theory: Market Society and Its "Disembedded" Economy. *Journal of Economics Issues*, v. XLV, n. 1, mar. 2011, p. 177-197.

econômica, cuja linguagem quantitativa permite que se reconheça nas estruturas tendências nem sempre expressadas pelos sujeitos.

Enquanto parte da história social passou a enxergar na Revolução Industrial antes uma repaginação de arcaísmos do que a aurora da contemporaneidade capitalista, a história econômica seguiu por outra via. Sua abordagem assentada em recursos quantitativos permite identificar mais claramente as rupturas, onde a leitura dos discursos falha em as capturar. Já fazem mais de três décadas desde de que, a partir dos estudos de Crafts²³, a história economia inclinou sua ortodoxia para a imagem de uma Revolução Industrial de crescimento econômico mais lento e regionalizado do que outrora se supunha. Se tornou claro que operar dentro de uma lógica dualista, dividindo a Inglaterra entre setores industriais modernos e setores artesanais ou agrícolas tradicionais, é uma incongruência, ocultando a profunda integração entre o sistema fabril e outras unidades de produção de menor escala²⁴. Ainda assim, não se coloca em xeque o adjetivo revolucionário do processo de industrialização: não resta dúvida, ao se observar o comportamento das séries históricas dos indicadores econômicos, que há um antes e depois do início da Revolução Industrial, no que se diz respeito ao padrão de crescimento econômico²⁵. Cabe lembrar que a posição privilegiada do historiador está, justamente, em sua possibilidade de se apreciar determinado contexto histórico para além do que podia ser capitado por aqueles que o experimentaram diretamente.

O sucesso da história social em equilibrar o tempo histórico econômico e não-econômico residia no entendimento do curso histórico enquanto manifestação que orbita um centro de natureza dialética, cuja expressão primordial reside nas relações de produção. Consentir com essa afirmação significa assumir que mudanças de ordem não-econômica precisam ser, necessariamente, explicadas em interação com fenômenos estruturais econômicos. Esse compromisso constitui precisamente a totalidade marxista, reconhecer na história a existência de uma multiplicidade de fatores irreduzível a qualquer forma de determinismo simplista e unidimensional, mas que possuem entre si o denominador comum dos modos de produção atuando como seus condicionantes em última instância. Na sua ausência, a história social é acometida por esse estranho

²³ CRAFTS, N. F. R. *British Economic Growth during the Industrial Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

²⁴ Cf. BERG, M; HUDSON, P. Rehabilitating the Industrial Revolution. *The Economic History Review*, New Series, v. 45, n. 1, fev. 1992, p. 24-50.

²⁵ MOKYR, J. Editor's Introduction: The New Economic History and the Industrial Revolution. In: MOKYR, J (org.). *The British Industrial Revolution: An Economic Perspective*. 2ª ed. Boulder: Westview, 1999, p. 3.

descompasso entre tempos históricos, no qual as estruturas econômicas movem-se à frente dos agentes sociais de mentalidades retardatárias que deveriam conduzi-las.

Temos, como resultado dessa desarmonia, narrativas esquizofrênicas. Em uma esfera não-econômica, a abordagem hermenêutica culturalista, ao não se afastar das emanções mais imediatas do discurso, recusa a dimensão abstrata onde se pode identificar a natureza do processo de ruptura estrutural, o desenraizamento econômico. É o que Cangiani²⁶ denominou "falácia da economia sempre enraizada". A economia desenraizada, enquanto especificidade do capitalismo contemporâneo, é desmerecida por meio de uma literalidade ingênua ou mal intencionada, que supõe que, ao invés de uma evidente abstração com fins analíticos, o conceito busca induzir de fato à imagem de uma economia plenamente apartada dos preceitos morais. Seria como conceber que, sempre que interagissem dentro da esfera das trocas econômicas, os sujeitos adentrassem um plano em separado, flutuando dentro de um vácuo cultural.

Obviamente, tal coisa como uma economia desprovida de cultura não pode existir. Polanyi jamais buscou explicar a sociedade de mercado contemporânea enquanto uma sociedade na qual, dentro das relações econômicas, inexistem imperativos morais e culturais. A economia desenraizada só pode ser entendida enquanto método comparativo, como forma de demonstrar, por via do contraste, como, na economia burguesa, esse arcabouço cultural guarda uma relação com as práticas econômicas radicalmente distinta do que ocorre em sociedades não-capitalistas. Ao se negar esse princípio, perde-se qualquer possibilidade de capturar o sentido da ruptura histórica introduzida pela Revolução Industrial²⁷. Fatalmente, a especificidade de nossa contemporaneidade capitalista desaparece da vista do historiador, e o século XIX tende a se tornar uma longa continuidade das mentalidades do Antigo Regime.

Em um plano econômico da narrativa, uma vez que não há mais pontes epistemológicas que dialoguem com a história econômica, a industrialização em si, no que diz respeito à reorganização tecnológica dos meios de produção, passa a ser tomada enquanto pressuposto. Permanece relegada a um pano de fundo, um cenário inanimado perante o qual os atores culturais desempenham suas ações, sem com ele interagir propriamente. As estruturas econômicas deixam, com isso, de constituir algo que,

²⁶ CANGIANI, M. Karl Polanyi's Institutional Theory: Market Society and Its "Disembedded" Economy. *Journal of Economics Issues*, v. XLV, n. 1, mar. 2011, p. 194.

²⁷ Ibid.

simultaneamente, condiciona a atuação desses agentes enquanto são construídas por essa mesma atuação.

Se antes podíamos dizer que os modelos marxista e narrativas macro-históricas não davam conta de expressar satisfatoriamente a práxis da dominação na Revolução Industrial, de esmiuçá-la de modo a compreender as articulações, práticas e contradições de seu exercício, agora o próprio esforço de conjecturar a natureza dessa dominação parece uma impossibilidade epistemológica. Ela segue existindo, sem que haja uma definição precisa para essa existência, muito menos um referencial a partir do qual seja possível contrapor paradigmas da dominação próprios da Revolução Industrial com formas precedentes. Não há como elaborar se estamos diante de uma dominação nobiliárquica ou burguesa, o ponto de partida do debate entre Anderson e Thompson, que assim não pode ganhar continuidade.

Podemos apontar algumas razões para a guinada linguística da história social. Primeiramente, o aparecimento de paradigmas no pós-68 que enxergam nos modelos macro-históricos amarras que sufocam, através de seus engessamentos e simplificações, uma série de conceitos valiosos para uma nova geração das ciências sociais, que evocam as ideias de subjetividade e multiplicidade. Claramente, o desprestígio recaiu mais pesadamente sobre os modelos marxistas. Em segundo lugar, uma tendência na historiografia de estreitar os recortes espaço-temporais que delimitam o objeto da pesquisa histórica, possibilitou um grau de reconstituição episódico impressionante. A inclinação por se priorizar a história vista a partir do microscópico, através do qual as contradições inevitáveis que geram atritos dentro dos modelos se tornam mais salientadas, gerou certo deslumbramento com virtuosismos empíricos que, supostamente, comprovariam que as novas empirias haviam superado os modelos ultrapassados, incapazes de enquadrar apropriadamente a pluralidade da realidade social. Já apresentei, em parágrafos anteriores, minhas considerações sobre o porque de essas opiniões não se justificarem.

Não se pode esquecer, ainda, a dimensão da realidade do ofício do historiador, no sentido da própria condição de trabalho. A expansão das universidades e o conseqüente aumento do número de pós-graduandos, sobretudo quando esse crescimento não é proporcionalmente acompanhado por oferta de bolsas de pesquisa e oportunidades de trabalho no campo, elevou a competição e a pressão por produtividade dentro do ambiente acadêmico. Metodologias mais extensivas, que demandam trabalhos

conjuntos ou resultados de longo prazo, são deixadas de lado em prol de pesquisas individualizadas e abordagens que gerem conteúdo mais rapidamente aproveitável. A ênfase em fontes discursivas e a micro-história se mostram, com isso, mais compatíveis com a nova realidade de trabalho acadêmica.

As tentativas de se repensar o tema da dominação para além das discussões da história social "clássica" levantaram pontos interessantes a serem explorados, mas caiu-se em um estado de desorientação, no qual não é possível inserir essas contribuições dentro de um modelo sistematizado. Não se conseguirá avançar nesse sentido sem determinadas ferramentas marxistas. A segunda metade desse artigo propõe um caminho efetivo para recolocar a dominação de classe enquanto uma questão central no estudo da Revolução Industrial, explorando as lacunas deixadas pela história social em torno do papel político desempenhado por uma intelectualidade orgânica burguesa.

A questão do reformismo burguês

Mapear a construção de um projeto de poder burguês amadurecido e executado durante a Revolução Industrial exige, em primeiro lugar, identificar os segmentos sociais que efetivamente se encarregam de elaborar e conduzir essa empreitada. Ao se reconstituir o comportamento dessa intelectualidade orgânica, convém olhar o que o próprio Gramsci escreveu sobre os ingleses:

(Na Inglaterra) O novo agrupamento social nascido sobre a base do industrialismo moderno tem um surpreendente desenvolvimento econômico-corporativo, mas engatinha no campo intelectual-político. É muito ampla a categoria dos intelectuais orgânicos, isto é, dos intelectuais nascidos no mesmo terreno industrial do grupo econômico; porém, na esfera mais elevada, encontramos conservada a posição de quase monopólio da velha classe agrária, que perde a supremacia econômica mas conserva por muito tempo uma supremacia político-intelectual, sendo assimilada como 'intelectuais tradicionais' e como estrato dirigente pelo novo grupo que ocupa o poder²⁸.

A passagem está alinhada à interpretação de Anderson: a pujança econômica da burguesia inglesa não se refletia em vigor político ou maturidade ideológica. Na ausência de uma agenda que lhe conferisse coesão e autonomia de interesses, a burguesia assimila a visão de mundo da classe fundiária. Gramsci parece considerar que

²⁸ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 28.

a continuidade do status aristocrático na cultura e a manutenção de seus privilégios no topo das instituições de poder (tais como a Câmara dos Lordes, as cadeiras universitárias, o alto oficialato militar e o alto clero anglicano, além da Coroa, todos esses espaços de monopólio aristocrático), se traduz em uma submissão política e intelectual da burguesia. Mais uma vez, há um viés formalista. De fato, a nobreza não apenas conservou monopólios em instâncias privilegiadas, como, mesmo após 1832, manteve forte presença em espaços cuja disputa estava aberta à burguesia. Na Câmara dos Comuns, os proprietários de terras, integrantes da *gentry* ou filhos dos aristocratas, permaneceram mais numerosos do que a burguesia. Ainda que a maioria dos Primeiros Ministros fossem eleitos, em sua maioria, entre os comuns, não governavam sem nomear aristocratas na composição de seus Gabinetes.

A questão é que, se nos pararmos por tais critérios, dificilmente encontraremos uma hegemonia burguesa para o século XIX europeu, salvo em um período avançado. Ao constatarmos que a tomada revolucionária do poder à moda francesa foi antes exceção do que norma (sendo que, mesmo na França, a aristocracia restabeleceu formalmente sua posição de poder em 1815), encontraremos via de regra burguesias vacilantes em assumir abertamente as rédeas de processos de sublevação. Se passarmos a considerar como "burguesia" apenas os indivíduos de fato ocupados com a gestão de manufaturas, bancos e redes comerciais, então certamente não veremos essa categoria em posição de liderança revolucionária. As classes médias britânicas não foram as únicas a se tornarem temerosas após o jacobinismo francês. Seus pares no Continente permaneceram longamente receosos diante da perspectiva de agitação popular, frequentemente abraçando as contra-revoluções quando entendiam que a linha do radicalismo havia sido ultrapassada pelos de baixo. Pelo critério mais formalista, descobriremos os contornos institucionais do Antigo Regime em seu devido lugar, salvo momentos excepcionais de instabilidade política.

Outro cenário é obtido quando nos afastamos das aparências políticas. Levemos em consideração que, em sua essência, o sistema capitalista trata da acumulação ampliada de capital: estabelecemos aqui sua razão de ser. A partir daí, devemos compreender que os arranjos políticos e institucionais são, na ordem capitalista, construções projetadas ou reformuladas para potencializar esse fim. Não é, portanto, pela forma em si que essas instituições assumem, que poderemos apreciar sua natureza capitalista, mas sim o modo como essa forma se relaciona com o elemento econômico

capitalista, a esfera da produção onde a acumulação ampliada se organiza e se consoma. Chamaremos, portando, de "burguesas", as tendências e posições que atuam, em uma dada conjuntura histórica, no sentido de inclinar esses dispositivos institucionais na direção desse princípio capitalista, atuando de modo a maximizar, dentro dos horizontes dessa mesma conjuntura, sua capacidade de reprodução ampliada de capital. Na Revolução Industrial britânica, assumir essa posição significava manifestar apoio ao sistema fabril e as reformas que, declaradamente ou não, foram concebidas de modo a contribuir para o desenvolvimento do livre mercado.

Davidson²⁹ chama atenção para o papel central desempenhado pelas "burguesias não-econômicas" nos processos de avanço das agendas capitalistas ao longo da história. Os homens que ocupam a posição de industrialistas, grandes comerciantes, banqueiros e outros tipos de empresários, raramente desviam o foco de sua atenção da sua atividade primária, que é a de acumular grossos volumes de capital. Iremos nos deparar com muito mais frequência, participando ativamente dos eventos históricos, com um estrato intermediário de profissionais da classe média. Aí está a parcela mais numerosa de sua intelectualidade orgânica. Podemos citar o nome de grandes industrialistas que portaram a bandeira das reformas no Parlamento, mas o número final certamente não se aproximaria da abundância de advogados, médicos, engenheiros, técnicos, jornalistas, cientistas, oficiais, funcionários públicos, entre outras categorias, que, de fato, se encarregaram do reformismo burguês, sistematizando-o na forma de agendas políticas e o difundido seus princípios na sociedade civil.

Ao falarmos da ideologia burguesa durante a Revolução Industrial, os primeiros nomes a serem lembrados costumam ser os da economia política clássica. A ironia é que iremos nos deparar, em seus trabalhos, com pouca orientação prática sobre como a burguesia deveria proceder para estabelecer uma agenda política própria. Smith³⁰, escrevendo ainda na década 1770, não chegou a testemunhar os desdobramentos da Revolução Industrial. Embora tenha alertado para os efeitos deletérios da divisão do trabalho sobre as faculdades psíquicas dos operários, sua obra precedeu em algumas décadas o agravamento das tensões sociais desencadeadas pela industrialização.

²⁹ DAVIDSON, N. *How Revolutionary Were the Bourgeois Revolutions?* Chicago: Haymarket, 2012.

³⁰ SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. E-book. São Paulo: Metalibri, 2007.

Malthus³¹ e Ricardo³² travaram entre si importante debate acerca da natureza da renda da terra e a tendência aos rendimentos decrescentes. Tomados em conjunto, seus trabalhos apontam para o acirramento de conflitos de interesses no seio das elites capitalistas britânicas. Mas, mesmo Ricardo tendo atuado enquanto parlamentar na Câmara dos Comuns, seus escritos não seriam de grande serventia para lidar com as questões sociais que se tornavam urgentes, para as quais a burguesia precisava apresentar uma narrativa convincente na tarefa de construir sua hegemonia. Foi apenas com John Stuart Mill³³ que a questão social da Revolução Industrial foi trazida para o seio da economia política clássica. Dividido entre simpatias socialistas e liberais, Mill esgarçou de maneira irreparável a teoria do valor-trabalho, em seu esforço intelectual de conciliar a defesa de uma economia de mercado com sua aversão aos resultados sociais dessa mesma economia³⁴.

Aqueles mais familiarizados com a história da Revolução Industrial poderão apontar para os escritos de nomes menos prestigiados da economia política, que costumam chamar atenção mais pela apologia ao sistema fabril e ao livre mercado do que por seus méritos intelectuais e contribuições teóricas. É por essas linhas que Ure redigiu a mais radical exaltação à indústria na forma de seu *The Philosophy of Manufactures*³⁵. Não há dúvidas de que esse tipo de publicação, expurgada de qualquer traço de adulação nobiliárquica, represente um marco importante na afirmação de um discurso burguês. Mas ainda há uma carência no plano da prática, na sugestão de abordagens para adaptar as bandeiras da economia clássica ao nível da gestão da coisa pública. Para isso devemos recorrer não aos tratados de economia política, mas a outro tipo de material abundantemente publicado durante a Revolução Industrial.

Conforme a burguesia ganha espaço na Câmara dos Comuns a partir de 1832, onde ocupará posição minoritária e precisará se articular com outros segmentos, sua pauta reformista não pode se construir através meramente do jogo de alianças e enfrentamentos parlamentares. O relativo "vácuo de hegemonia" deixado pela

³¹ MALTHUS, T. *An Essay on the Principle of Population*. E-book. Woodinville: Electronic Scholarly Publishing Project, 1998. Também cf. *Principles of Political Economy*. New York: August & M. Kelly, 1922.

³² RICARDO, D. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. E-book. Kitchner: Batoche Books, 2001.

³³ MILL, J. S. *Principles of Political Economy*. E-book. Salt Lake City: Project Gutenberg, 2009.

³⁴ Cf. RUBIN, I. *A History of Economic Thought*. London: Ink Links, 1979.

³⁵ URE, A. *The Philosophy of manufactures: or, an exposition of the scientific, moral and commercial economy of the factory system of Great Britain*. Londres: Charles Knight, 1835.

industrialização, onde a *gentry* não mais assegurava a estabilidade por seus dispositivos tradicionais de controle, sem que um novo consenso já estivesse estabelecido para cooptar os trabalhadores e desmobilizar suas reivindicações mais radicais, não seria preenchido pelo projeto burguês se esse não se dispusesse a propor saídas objetivas para as tragédias da Revolução Industrial. Por isso a importância dos inquéritos sociais para entender o processo de construção da dominação burguesa. Através desse tipo de publicação, que já existia desde antes do século XIX, mas que se torna mais comum e ganha maior repercussão a partir da década de 1830, podemos apreciar o esforço do reformismo em estabelecer narrativas hegemônicas sobre os males que acometiam a Grã-Bretanha e outras questões que estavam na ordem do dia. Abordavam essas pautas fosse por representarem interesses da burguesia, por serem de forte apelo junto à opinião pública, ou por se tratarem de demandas que, caso não fossem assimiladas dentro de uma interpretação burguesa, seriam exploradas por seus adversários políticos no radicalismo popular ou no reacionarismo nobiliárquico.

Seja pela autoria de comissões nomeadas a partir de iniciativas parlamentares, ou pelas mãos de indivíduos atuando de modo autônomo, esses inquéritos cobrem um campo extenso de assuntos que envolve, entre outros: o estado sanitário das grandes cidades; as condições de trabalho de crianças e adolescentes nas manufaturas e mineração; o grau de autonomia administrativa das localidades; o funcionamento das práticas de socorro aos pobres; as consequências dos impostos protecionistas; a deterioração da situação econômica das oficinas domésticas, nos ramos em que a competição com as fábricas mostrou-se desastrosa. Através desses trabalhos, o discurso burguês pode se apresentar enquanto parecer científico, observação direta da realidade. Há variação entre os inquéritos, no modo como as inclinações políticas dos autores é abertamente manifesta ou não. Por vezes, nos deparamos com passagens tão apologéticas que parecem retiradas de material panfletário. Dessa forma, Kay-Shuttleworth, ao publicar em 1832 seu relato da situação dos operários da indústria de têxteis de algodão em Manchester, na mesma obra em que descreve de modo lúgubre as condições de vida e trabalho daquela gente desafortunada, prontamente absolve o sistema fabril de qualquer responsabilidade por essa mesma calamidade social:

Acreditando que a tendência natural do comércio irrestrito é a de desenvolver as energias da sociedade, de aumentar os confortos e luxos da vida e de elevar a condição física de cada membro do corpo social, nós temos exposto, com uma mão

acurada, ainda que amigável, a condição das ordens mais baixas conectadas com as manufaturas desta cidade, porque concebemos que os males afetando-as resultam de causas externas e acidentais. Um sistema que promove o avanço da civilização e a difunde sobre o mundo – que promete manter a paz entre as nações, pelo estabelecimento de uma lei internacional permanente, fundada nos benefícios da associação comercial – não pode ser inconsistente com a felicidade da grande massa das pessoas³⁶.

Uma vez que a tendência inerente ao desenvolvimento industrial e ao liberalismo econômico é a de atuarem enquanto panacéia social, decorre dessa afirmação a conclusão lógica de que a raiz dos males está nos obstáculos que atravancam o funcionamento dessa máquina de progresso civilizacional. No caso, Kay-Shuttleworth³⁷ menciona diretamente a atuação sindical, as práticas protecionistas dos Estados europeus e, mais efusivamente, o efeito da Lei dos Pobres, vistas como uma caridade equivocada que tornava os trabalhadores indolentes e inclinados aos vícios.

O sistema paroquiano de socorro aos pobres estava entre as instituições mais atacadas pela burguesia inglesa no começo do século XIX, acusado de interferir artificialmente sobre o mercado de trabalho, de modo a dificultar o fluxo de mão-de-obra para onde ela era necessária na economia urbana. Também criticavam o modo como os fazendeiros se beneficiavam desse sistema enquanto subsídio salarial, reduzindo salários dos empregados agrícolas por saberem que esses seriam indiretamente complementados pelos abonos pagos pelos contribuintes da paróquia. Alguns meses antes da instituição do Ato de Reforma de 1832, já havia sido nomeada, por iniciativa parlamentar, uma comissão para inquirir sobre o funcionamento da Lei dos Pobres em todo o Reino, e o modo de reduzir suas despesas. Encabeçada pelos advogados Edwin Chadwick e Nassau Senior, esse último também professor de economia política, a comissão concluiu a publicação de seu relatório em 1834³⁸. Mal disfarçando que as conclusões já haviam sido tomadas antes mesmo do trabalho investigativo, os redatores ratificam a imagem de um sistema excessivamente benevolente, que havia conduzido o campo inglês a um estado de depressão econômica

³⁶ KAY-SHUTTLEWORTH, J. P. *The moral and physical condition of the working classes employed in the cotton manufacture in Manchester*. Londres: Harrison & Crosfield, 1832, p. 47, tradução e destaques realizados por mim.

³⁷ Ibid, p. 49-55.

³⁸ GREAT Britain. Poor Law Commissioners. *Poor Law Commissioners' report of 1834* – copy of the report made in 1834 by the commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws. London: Darling & Son, 1906.

e imoralidade generalizada. No mesmo ano, o Parlamento aprovou o Ato de Emenda da Lei dos Pobres, instituindo um sistema de diretrizes muito mais restritivas, condicionando a concessão de amparo à internação nas *workhouses*, enquanto reduzia o grau de autonomia administrativa das paróquias em favor de uma gestão mais centralizada.

A história econômica veio a desmentir as afirmações dos comissários, que se basearam em distorções grosseiras da realidade, mas a publicação é paradigmática. O efeito prático do Ato de Emenda de 1834 foi bem menos radical do que formalmente se propunha: sabia-se que a extinção dos abonos extramuros como constava na nova lei era inconveniente, e sua manutenção nos centros urbanos era bem vinda como forma de amenizar o impacto de crises econômicas³⁹. Mas a reforma na legislação representava a vitória de uma narrativa, mesmo que com resistência popular.

O fato de que seus idealizadores advogavam pela centralização e profissionalização da gestão pública, conflitando com uma antiga tradição inglesa de autonomia das localidades, levou uma historiografia conservadora a minimizar o papel do liberalismo enquanto motivador da iniciativa⁴⁰. O argumento se baseia em uma falsa contradição. Tomemos o exemplo de Chadwick, que figura entre os nomes mais importantes do reformismo burguês, não só por sua atuação em relação à Lei dos Pobres, mas por seu destaque na causa da reforma sanitária dos centros urbanos, publicando, em 1842, um inquérito pioneiro no tema⁴¹. No documento, não apenas repetiu seu entusiasmo pela centralização administrativa, como sugeriu que o poder público deveria ter o poder de intervir em questões privadas, quando se entendia que os interesses particulares prejudicavam a saúde coletiva.

Não se trata de um paradoxo. A dominação deve ser compreendida enquanto exercício real de barganhas, articulações e concessões, tanto quanto de imposições. A conquista e manutenção do consenso só são possíveis enquanto as classes dominadas incorporarem um mínimo indispensável dos dogmas fundamentais do discurso

³⁹ Cf. BOYER, G. *An economic history of the English Poor Law, 1750-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

⁴⁰ HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de la pobreza: Inglaterra a principios de la época industrial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988, p. 193-8.

⁴¹ CHADWICK, E. *Report on an inquiry into the sanitary condition of the labouring population of Great Britain*. Londres: William Clowes & Sons, 1842. O inquérito sanitário de Chadwick recebeu ainda, no ano seguinte, um anexo voltado exclusivamente para as práticas de enterro urbanas. CHADWICK, E. *Report of the sanitary condition of the labouring population of Great Britain – a supplementary report on the results of a special inquiry into the practice of interment in towns*. Londres: William Clowes & Sons, 1843.

hegemônico. Para que essas classes consentissem com o projeto industrial, passando a acreditar no modelo de sociedade de mercado idealizado pelos reformistas, ou ao menos não se opondo de modo intolerável a ele, esse projeto tinha de apresentar algum grau de viabilidade, de capacidade de sanar questões urgentes que contribuíssem para elevar a tensão social e desacreditar a narrativa da Revolução Industrial enquanto progresso. Também é equivocado supor que houvesse a ilusão de que o projeto liberal se materializaria de modo espontâneo: o *laissez-faire* exigia planejamento e organização incongruentes com o modo como as questões locais eram conduzidas. Esvaziar a autonomia da localidade era ainda uma maneira de reduzir a influência dos trabalhadores organizados sobre o poder público, uma vez que era através da pressão exercida localmente que esses movimentos tinham maiores possibilidades de influir sobre decisões administrativas⁴².

Dessa forma, o projeto político-ideológico por traz desses trabalhos nem sempre irá se assumir explicitamente, na forma de discursos mais apoloéticos. Exatamente para essas situações o olhar do historiador precisa estar apurado. A questão sanitária representa um exemplo nesse sentido. Os grossos volumes dedicados à saúde nos centros urbanos, e os meios efetivos para aprimorá-la, costumam oferecer um viés mais técnico, menos dado a exaltações de natureza política⁴³. Mas a hegemonia também se constrói pela naturalização da visão de mundo burguesa, ideologia apresentada enquanto neutralidade científica. Pode-se identificar esse esforço hegemônico no modo como se maneja a teoria miasmática, pela qual a questão social se converte em objeto das políticas de saúde. Do mesmo ambiente insalubre, onde se acumula a matéria decomposta da qual se exalam os miasmas, emanam as ideologias tóxicas, tais como o cartismo e o socialismo. Intervir sobre esse ambiente equivale a intervir sobre o trabalhador, aquele que deve ser sanado, tanto no sentido de preservação e reprodução de sua força de trabalho, quanto no que diz respeito à sua condição psicológica e moral. O radicalismo popular se converte em sintoma da deterioração dessa condição,

⁴² Cf. FOSTER, J. *Class struggle and the Industrial Revolution*. London: Methuen & Co, 2005.

⁴³ Dada a repercussão do relatório de Chadwick sobre a condição sanitária das cidades, uma comissão foi organizada em 1843 para inquirir sobre o tema, publicando seu primeiro relatório no ano seguinte. Cf. ROYAL Commission on the state of large towns and populous districts. *First report of commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*. Vol. I e II. Londres: William Clowes & Sons, 1844.

somando-se a outras manifestações como o alcoolismo, a promiscuidade sexual, a não-prática dos princípios cristãos, o crime, além das enfermidades em si⁴⁴.

Os inquéritos não foram uma exclusividade do campo político burguês. No que toca à legislação sobre o trabalho infantil e juvenil, por exemplo, o pioneirismo nas investigações partiu da ala conservadora, alinhada politicamente aos proprietários de terra. O Relatório Sadler de 1833⁴⁵, uma compilação de entrevistas com crianças e adolescentes operários do setor têxtil, gerou comoção popular ao explorar um tema de extrema sensibilidade. A forma como se conduziram as entrevistas e se editou o documento final, contudo, fora tão propositalmente manipulado para induzir à pior imagem possível das fábricas, que mesmo Engels⁴⁶, anos depois, reconheceu que as informações compiladas eram demasiadamente distorcidas para apresentarem um retrato fidedigno da realidade. Mas seu impacto foi grande o bastante para pressionar o governo a nomear uma comissão para inquirir sobre as condições do trabalho.

Composta por nomes mais liberais, essa comissão buscou desmentir as acusações mais lúgubres de abusos e violências físicas cometidas dentro das fábricas⁴⁷. Prontamente, descartam a Carta das Dez Horas, projeto de lei defendido por lideranças populares e conservadores hostis ao sistema fabril, segundo o qual a jornada de trabalho para os menores de dezoito anos não poderia ultrapassar as dez horas diárias. Propõe, em seu lugar, legislações mais moderadas, que contassem com o consentimento dos empregadores, levando o Parlamento a aprovar uma lei que na prática pouco incomodou a burguesia industrial. Pelos próximos anos, a legislação trabalhista se tornaria campo de batalha política entre conservadores e liberais. Os primeiros, auto-proclamados campeões da causa infantil e juvenil, buscavam retaliação contra um avanço de pautas reformistas que consideravam ultrajantes, mas jamais combateram da mesma forma a exploração de menores na agricultura. Os segundos, se equilibravam entre fazer concessões necessárias, sem com isso prejudicar a acumulação de capital industrial.

⁴⁴ KEARNS, Gerry. "Private Property and Public Health Reform in England, 1830-1870". In: *Soc. Sci. Med*, vol. 26, nº 1, 1988, p. 187-199.

⁴⁵ OUTMAN, E. M (org.); OUTMAN, J. L (org.). *Industrial Revolution: Primary Sources*. London: Thomson-Gale, 2003, p. 103-109.

⁴⁶ ENGELS, F. *Condition of the Working Class in England*. E-book. [S.L]: Marxists Internet Archive, 2010, p. 155.

⁴⁷ COMMISSIONERS on Conditions in Factories. "Report of the Commissioners on Conditions in Factories, Parliamentary Papers, 1833, XX". In: HANCOCK, W. D (org.); YOUNG, G. M (org.) *English Historical Documents*. v. 12, n. 1. New York: Oxford University, 1956.

Após as conquistas iniciais do reformismo burguês na primeira metade da década de 1830, com a Reforma Eleitoral em 1832, o Ato de Emenda da Lei dos Pobres de 1834 e o Ato das Corporações Municipais em 1835, começou a ganhar vigor a organização da campanha pela abolição das Leis dos Cereais. Mas dessa vez haveria uma distinção importante. Uma vez que grande partes dos *whigs* eram eles mesmos proprietários de terra, beneficiados pelos preços elevados dos produtos agrícolas, dentro da Câmara dos Comuns o movimento anti-protecionista seria conduzido inicialmente por uma minoria radical.

Tradicionalmente, as duas grandes orientações políticas eram os *whigs* e *tories*. Ambos os rótulos constituíam, todavia, antes uma declaração de inclinações políticas por parte dos parlamentares, do que propriamente um sinal de filiação a um partido organizado. Foi apenas com a passagem para o século XIX, e mais fortemente com a reforma eleitoral de 1832, que as bandeiras começaram a assumir formas mais próximas ao que entenderíamos hoje como partidos políticos, preocupados com bases eleitorais e apresentando maior coordenação interna. A disciplina partidária era ainda muito fraca, com facções que se declaravam do mesmo partido alternando para posturas antagônicas a depender do debate ou votação em andamento.

A ausência de clareza das identidades partidárias pode confundir o trabalho do historiador desatento. Era comum, entre os contemporâneos, se referirem como "*whigs*" ao que na verdade constituía um grupo bastante heterogêneo, entre eles a ala conhecida por "radicais". A alcunha era atrelada ao posicionamento favorável à extensão do sufrágio, mas nesse ponto há uma diferenciação importante entre os momentos pré e pós Reforma Eleitoral. Se, antes de 1832, a burguesia reformista se aliava taticamente ao radicalismo popular como forma de pressionar pelo direito ao voto, após ser contemplada com direitos políticos, que permaneceram vedados para as massas trabalhadoras, a classe média proprietária se torna mais hesitante em estender seu apoio aos mais pobres. Enquanto a maioria dos *whigs* passa a votar junto aos *tories* contra as repetidas tentativas de extensão do sufrágio, instituição do voto secreto e outras reivindicações que constavam na pauta do Cartismo, uma minoria permaneceu manifestando seu apoio ao aprofundamento da democracia. Mas mesmo nessa fração radical, se constata uma variação importante, com uma ala representando diretamente os grandes industrialistas, que passa a priorizar a pauta anti-protecionista em relação à sufragista, evitando associar-se politicamente aos radicais mais efusivamente

comprometidos com o voto universal masculino, considerados demagogos perigosos próximos demais aos cartistas ou aos católicos irlandeses.

Sem dúvidas, é na atuação desses radicais anti-protecionistas e na organização da Liga Anti-Lei dos Cereais que a burguesia apresentou seus sinais mais destacados de consciência de classe e organização de programas políticos próprios, desenvolvendo órgãos de classe característicos de um estágio de maturidade. Diferente de outras reformas, como a da Lei dos Pobres ou a campanha sanitária, a abolição do protecionismo não apresentava, em um primeiro momento, grande margem de manobra e construção de articulações políticas dentro da Câmara dos Comuns, onde o interesse agrário predominava. Assim como quando ainda não detinha assentos parlamentares, quando ainda estava radicalmente mobilizada para reivindicar o sufrágio, a burguesia optaria por organizar uma campanha de atrito na sociedade civil. A Liga Anti-Lei dos Cereais rapidamente angariou suporte entre as classes médias do Reino, organizando uma vasta rede de contribuições financeiras e outras formas de arrecadação, utilizando esses recursos para financiar publicações, lançar candidaturas, realizar *lobby* político e promover comícios que podiam reunir dezenas de milhares de presentes.

Sabendo que a pressão popular seria, mais uma vez, indispensável para seus objetivos, o discurso que deu o tom da campanha anti-protecionista apelava para um senso de união entre as classes produtivas, isso é, trabalhadores e empregadores, contra o parasitismo rentista representado pelos proprietários fundiários. Argumentavam que a manutenção dos preços internos do alimento em patamares elevados beneficiava apenas aos grandes arrendadores, contemplados com o alto valor do aluguel sobre a terra e sem serem prejudicados pelos custos de mão de obra, uma vez que quem empregava os trabalhadores agrícolas eram os fazendeiros que arrendavam a terra da nobreza mais rica. No campo e na cidade, os capitalistas arcavam com altos custos de produção e incapacidade de elevar seus investimentos para gerar novos empregos, enquanto os trabalhadores viam seus salários corroídos pelo preço do alimento e sofriam com o desemprego causado pelas depressões econômicas.

A cruzada moral da classe média foi bem-sucedida, jogando a opinião pública contra as Leis dos Cereais, angariando apoio inclusive de lideranças populares e aristocratas influentes. A eclosão da grande fome irlandesa em 1845 tornou politicamente insustentável a manutenção das barreiras aduaneiras sobre o alimento, levando à extinção dessas no ano seguinte. O ano de 1846 é lembrado enquanto marco

inaugural de uma nova era política de *laissez-faire*. Antes dele, as instituições inglesas já estavam bem mais inclinadas ao livre mercado do que a campanha anti-protecionista fez parecer. Mas, em nível ideológico, a conquista não pode ser relativizada. Triunfara uma narrativa verdadeiramente burguesa, impondo uma dura derrota moral ao conservadorismo aristocrático e enraizando, profundamente, o consenso em torno do discurso liberal na sociedade civil. O final da década de 1840 testemunharia o fracasso das últimas tentativas de grande mobilizações pelo Cartismo. A conjuntura conturbada das décadas de 1830 e 1840 daria lugar ao período clássico do liberalismo vitoriano, que se estenderia até a depressão da década de 1870.

Se a mobilização anti-protecionista se mostrou a face mais notória e bem acabada do reformismo burguês, ela não pode eclipsar suas outras dimensões. Quando se contempla a diversidade de iniciativas reformistas, o trabalho de interpretação da realidade por uma ótica liberal, bem como o esforço para transformar esse ponto de vista ideológico em um consenso naturalizado, seja por sua apresentação na forma de viés científico e pragmático, seja por discursos mais exaltados que o colocam como imperativo moral inadiável, é que se pode verdadeiramente avaliar a extensão de um projeto burguês que abarcava a sociedade em sua totalidade. É claro que não se trata de afirmar, com isso, que essa pluralidade de esforços tenha sido conduzida enquanto um grande plano meticulosamente articulado, no qual as diferentes frentes reformistas agiam sempre de modo conscientemente coordenado. O importante é entender que, tomadas em conjunto, essas iniciativas convergiam no sentido de institucionalização de um modelo de sociedade mais condizente com as expectativas burguesas. Os objetivos declarados dessas ações podiam divergir, em seu tom de radicalismo ou no campo social em que estavam operando, mas o modo como fizeram avançar um paradigma burguês de sociedade confere a elas uma base comum, a partir da qual o historiador pode apreciar o papel histórico desse período para a consolidação de um conjunto de diretrizes sociais, que correspondia à hegemonia burguesa.

Conclusão

O entendimento de que as experiências de modernização do século XIX guardam, em relação ao passado pré-industrial, mais continuidades do que macro-narrativas podem sugerir inicialmente, não é de modo algum incompatível com modelos marxistas, desde que esses sejam providos de mecanismos dinâmicos, que escapem das categorias estáticas. É preciso resgatar a Revolução Industrial e o século XIX da

armadilha dos continuísmos, para a qual parte da historiografia se enveredou. A rigor, toda experiência de modernização é algo conservadora, uma vez que, invariavelmente, as inovações institucionais precisam emergir em meio a estruturas que a precedem no tempo. Aquilo que é inovador não pode surgir ou amadurecer de outro modo, que não em intercâmbio com o "tradicional".

A popularização, para o século XIX, da categoria de arcaísmo, como forma de designar estruturas herdadas de sistemas pré-industriais ou pré-capitalistas que se fazem presentes nos processos de desenvolvimento econômico, é inconveniente. A essa ideia está associada a imagem de formas residuais, construções sociais anacrônicas que a contemporaneidade, em seu primeiro século, tardou a varrer. Mas o desafio de se compreender o desenvolvimento capitalista, em toda sua complexidade, passa precisamente por negar o caráter residual desses elementos, e entender o modo como as relações capitalistas, em seu processo de expansão global, se entranham nessas estruturas, as re-configurando de modo que possam ser por elas impulsionadas. Daí a importância em se elaborar modelos nacionais e regionais que expliquem esses processos de modernização, destrinchando o modo como as instituições capitalistas, em seu processo de mundialização, interagem com as formas pré-capitalistas em cada um desses contextos. Nessa tarefa, é imprescindível que a história social supere os limites impostos por fetiches hermenêuticos e se mantenha em diálogo estreito com a história econômica.

Em relação aos fenômenos superestruturais, as mesmas considerações se mostram válidas. Qualquer hegemonia, inclusive a hegemonia burguesa, é um esforço permanente de seleção e adaptação de formas culturais, que, em prol da manutenção do consenso, devem ser cooptadas, continuadas, combatidas ou simplesmente toleradas. A dominação burguesa não se traduz em uma realidade cultural composta exclusivamente por simbolismos diretamente originados na ideologia capitalista. Ela deve se apropriar e ressignificar valores culturais preexistentes, bem como se manter atenta às novas manifestações estranhas à sua lógica que estão constantemente surgindo na sociedade, discernindo entre a melhor postura a ser assumida perante elas⁴⁸. Não deveria causar estranheza, portanto, que a emergência da primeira sociedade industrial burguesa tenha

⁴⁸ WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011.

se dado resguardando formas que não pertenciam, essencialmente, a um imaginário burguês, embora pudessem ser reinterpretadas por esse mesmo imaginário.

Acompanhar a atuação política dessas burguesias não-capitalistas, atentando para o papel de seus intelectuais orgânicos na estruturação de um projeto de sociedade, também afasta a historiografia de uma história das ideias antiquada, na qual determinada ideologia aparece enquanto manifestação do espírito de um contexto histórico, mas é abordada em uma dimensão imaterial, como se pairasse em uma esfera apartada do social. Considerar que o programa burguês é estruturado sobre as diretrizes do liberalismo é uma afirmação limitada. O conjunto de autores, obras e ideias-chave que o termo costuma evocar não é uma referência satisfatória quando passamos ao plano da prática, da gestão pública, da articulação entre forças políticas, da cooptação de segmentos não-burgueses, onde a realidade social demanda adaptações e pragmatismos não expressos no liberalismo em sua condição mais idealizada. Essa intelectualidade burguesa precisou operar dentro de uma conjuntura marcada por fortes tensões e questões sociais inadiáveis, dentro da qual, para se costurar um consenso, seria necessário um misto de flexibilidade para incorporar determinadas pautas de anseio popular, ao mesmo tempo em que se assumia uma postura incisiva em tópicos imprescindíveis.

Conforme nos afastamos de uma visão formalista das instituições de poder político e econômico, podemos apreciar o modo como a sociedade burguesa se estabelece por sob as aparências do Antigo Regime. As abstrações e arbítrios que compõe a caixa de ferramentas a ser usada nessa tarefa não devem ser motivo de embaraço. Retomar a perspectiva dialética do conhecimento historiográfico, composta pela articulação entre empiria e modelo, é um objetivo que se mostra necessário, para que a história volte às grandes indagações, sem as quais ela é mera reconstituição de fragmentos do passado, mas não bússola do presente.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. Origins of the present crisis. *New Left Review I*, n. 23, jan.-fev, 1964, p. 26-53.
- ANDERSON, P. Socialism and Pseudo-Empiricism. *New Left Review I*, n. 35, jan.-fev, 1966, p. 2-42.
- BERG, M; HUDSON, P. Rehabilitating the Industrial Revolution. *The Economic History Review*, New Series, v. 45, n. 1, fev. 1992, p. 24-50.
- BOYER, G. *An economic history of the English Poor Law, 1750-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- BRIGGS, A. The Language of 'Class' in Early Nineteenth-Century England. In: BRIGGS, A; SAVILLE, J (org.). *Essays in labour history*. 2ªed. New York: Palgrave Macmillian, 1967.
- CANGIANI, M. Karl Polanyi's Institutional Theory: Market Society and Its "Disembedded" Economy. *Journal of Economics Issues*, v. XLV, n. 1, mar. 2011.
- CHADWICK, E. *Report on an inquiry into the sanitary condition of the labouring population of Great Britain*. Londres: William Clowes & Sons, 1842.
- CHADWICK, E. *Report of the sanitary condition of the labouring population of Great Britain – a supplementary report on the results of a special inquiry into the practice of interment in towns*. Londres: William Clowes & Sons, 1843.
- COMMISSIONERS on Conditions in Factories. "Report of the Commissioners on Conditions in Factories, Parliamentary Papers, 1833, XX". In: HANCOCK, W. D (org.); YOUNG, G. M (org.) *English Historical Documents*. v. 12, n. 1. New York: Oxford University, 1956.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CRAFTS, N. F. R. *British Economic Growth during the Industrial Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- DAVIDSON, N. *How Revolutionary Were the Bourgeois Revolutions?* Chicago: Haymarket, 2012.

ENGELS, F. *Condition of the Working Class in England*. E-book. [S.L]: Marxists Internet Archive, 2010.

FOSTER, J. *Class struggle and the Industrial Revolution*. London: Methuen & Co, 2005.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GREAT Britain. Poor Law Commissioners. *Poor Law Commissioners' report of 1834* – copy of the report made in 1834 by the commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws. London: Darling & Son, 1906.

HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de la pobreza: Inglaterra a principios de la época industrial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

JONES, G. S. Introduction. In: *Languages of Class: studies in english working class history, 1832-1982*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

JONES, G. S. Rethinking Chartism. In: *Languages of Class: studies in english working class history, 1832-1982*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

JOYCE, P. *Democratic Subjects: The self and the social in nineteenth-century England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

KAY-SHUTTLEWORTH, J. P. *The moral and physical condition of the working classes employed in the cotton manufacture in Manchester*. Londres: Harrison & Crosfield, 1832.

KEARNS, Gerry. "Private Property and Public Health Reform in England, 1830-1870". In: *Soc. Sci. Med*, vol. 26, n° 1, 1988, p. 187-199.

MALTHUS, T. *An Essay on the Principle of Population*. E-book. Woodinville: Electronic Scholarly Publishing Project, 1998.

MALTHUS, T. *Principles of Political Economy*. New York: August & M. Kelly, 1922.

MILL, J. S. *Principles of Political Economy*. E-book. Salt Lake City: Project Gutenberg, 2009.

MOKYR, J. Editor's Introduction: The New Economic History and the Industrial Revolution. In: MOKYR, J (org.). *The British Industrial Revolution: An Economic Perspective*. 2ª ed. Boulder: Westview, 1999, p. 3.

OUTMAN, E. M (org.); OUTMAN, J. L (org.). *Industrial Revolution: Primary Sources*. London: Thomson-Gale, 2003

POLANYI, K. O lugar das economias nas sociedades. In: LEVITT, k. P (org.). *A subsistência do homem - e ensaios correlatos*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RICARDO, D. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. E-book. Kitchner: Batoche Books, 2001.

ROYAL Commission on the state of large towns and populous districts. *First report of commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*. Vol. I e II. Londres: William Clowes & Sons, 1844.

RUBIN, I. *A History of Economic Thought*. London: Ink Links, 1979.

SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. E-book. São Paulo: Metalibri, 2007.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.). *As peculiaridades dos ingleses – e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.). *As peculiaridades dos ingleses – e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.

THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: *Costumes em comum*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, E. P. *The Making of the English working class*. New York: Vintage Books, 1966.

URE, A. *The Philosophy of manufactures: or, an exposition of the scientific, moral and commercial economy of the factory system of Great Britain*. Londres: Charles Knight, 1835.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011.